

TENSÕES NARRATIVAS NA COBERTURA DE POLÍTICAS PÚBLICAS⁴⁰

Rosane Rosa é Doutora em Informação e Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: rosane.rosa@terra.com.br

RESUMO: A premissa que deve orientar a cobertura de políticas públicas é que os direitos humanos e de cidadania devem ser garantidos a todos os cidadãos. Apesar disso, a reportagem analisada, com base na narratologia, sugere muitos sentidos, tais como: é através do sofrimento que o ser humano aprende a ser bom e caridoso; são pobres, mas são felizes. O estilo poético e a linguagem mística suavizam o ambiente de miséria e sugerem uma valorização da “cultura de sobrevivência”, que compensa a falta de políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, Fome Zero, Estratégias Narrativas

ABSTRACT: The premise that must guide the covering of public politics is that the human rights and of citizenship must be guaranteed to all the citizens. Although this, the analyzed news article, on the basis of the narratology, suggests many directions, such as: it is through the suffering that the human being learns to be good and merciful; they are poor, but they are happy. The poetical style and the mystic language relativist the misery environment and suggest a valuation of the “culture of survival”, that it compensates the lack of public politics.

KEY- WORDS: Public Politics, Fome Zero, Strategies Narratives.

⁴⁰Este estudo representa um fragmento da tese de doutorado intitulada “Tribos da Miséria: estratégias narrativas do Jornal Zero Hora na construção de identidades”, defendida pela autora em maio de 2009 no PPGCOM/UFRGS.

1. INTRODUÇÃO

O enigma da pobreza está fundamentalmente implicado no "modo como direitos são negados na trama das relações sociais" (TELLES, 2001). Essas tramas ganham visibilidade no espaço público midiático e mais especificamente, no jornalístico. Sendo assim, o enigma da pobreza está também fundamentalmente implicado no modo como as identidades são construídas e os direitos são representados no espaço público jornalístico.

Percebe-se a presença do enigma da pobreza, até mesmo nos dicionários da língua portuguesa, cujas definições de pobre impedem uma representação histórico-sócio-cultural, dinâmica e interativa da sociedade, não dando conta das múltiplas relações que se constroem em torno das pessoas pobres e da situação social em que se encontram inseridas [...] pouco produtivo; mal dotado; pouco favorecido; digno de lástima; que inspira compaixão; [...] miserável; indigente; mendigo, pedinte." (BUENO, 2000, p. 604-605).

Para o presente artigo, parte-se do conceito de pobres abordado por Giardino (2003, p.267) que define as pessoas pobres como sendo "aquelas que se vêm submetidas a uma rede de relações de privação de múltiplos bens materiais, simbólicos, espirituais e de transcendência, imprescindíveis para o desenrolar autônomo da sua identidade essencial e existencial." (tradução nossa)

A definição de Giardino remete a uma visão sistêmica da realidade e a representação de um ser humano que contingentemente é pobre e está submetido a uma trama de relações e representações de privação dos direitos essenciais a todos os indivíduos. Essa definição relacional das situações de pobreza dá conta das múltiplas interações que se estruturam em torno das pessoas pobres e que produzem e prolongam ao invés de evitar a situação de pobreza; possibilita determinar e encarar ações preventivas aos sujeitos responsáveis pelas situações conjuntamente com o sentido e a origem dos processos que engendram e consolidam. Por fim, entende-se, que esse conceito sistêmico, inclui o jornalista-narrador das

situações de pobreza e exclusão social como possível integrante-responsável de uma relação de privação e de construção da cidadania.

Complementa-se essa visão sistêmica com o conceito de Demo (2007), que classifica o fenômeno da pobreza em dois tipos: socioeconômica e pobreza política. A primeira pobreza refere-se à carência material, indicadores econômicos. Já “por *pobreza política* compreende-se a dificuldade histórica de o pobre superar a condição de objeto manipulado, para atingir a de sujeito consciente e organizado em torno de seus interesses.” (DEMO, 2007, p.20, grifo do autor). Portanto, ignorar a pobreza política e atacar apenas a pobreza econômica é trabalhar para manter a dependência e o círculo vicioso da pobreza. Assim, as políticas sociais devem contemplar os dois horizontes da pobreza; caso contrário, transformam-se em “mecanismos de controle e desmobilização social”. (Id.)

Nesse estudo, adota-se a percepção de Política Social, de Demo (2007, p.9), como uma “proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais”. A desigualdade social é vista como componente histórico-estrutural, que integra a dinâmica social histórica, em termos de “resistência e necessidade de mudança”. Para mudar, o autor defende que o processo emancipatório deve fundamentar-se em dois pilares: um econômico, voltado para a autossustentação, e outro político, assentado na cidadania. Para tanto, as políticas sociais⁴¹ devem apresentar as seguintes características: “[...] redistributiva de renda e poder [...] equalizadora de oportunidades [e] sempre que possível ser emancipatória”. (DEMO, 2007, p.20-23) Caso contrário, adverte, servirá para o grupo dominante como uma “tática de desmobilização e controle”. (DEMO, 2007, p.9)

Em 2002, logo após sua eleição, o presidente Lula anunciou que o combate à fome seria uma das prioridades de governo, através do Programa Fome Zero. O Programa reúne políticas estruturais, que visam a combater as causas da pobreza; políticas específicas que buscam interromper o binômio "fome-pobreza"; e políticas locais, urbanas e rurais, que apóiam e divulgam iniciativas sociais. O Fome Zero parte da seguinte premissa: o governo, qualquer que seja ele, seria incapaz, com iniciativas isoladas, de atender plenamente às metas de redução da população suscetível à fome. Atua a partir de quatro eixos articuladores: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social. (FOME ZERO, 2008)

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desempenho do governo frente às políticas públicas ganha visibilidade na mídia noticiosa, uma vez que o jornalismo tem a responsabilidade de fiscalizar o poder quanto ao uso dos recursos públicos. O jornalismo narra a realidade cotidiana de um espaço central, com regras e convenções, para a sociedade. Para tanto, utiliza-se de jogos de linguagem, para sugerir determinada significação, coerente com a visão de mundo de quem a produziu.

Nas palavras de Maronna e Vilela (2007, p.29):

A narrativa como prática é uma forma de conhecimento e organização do mundo, é tentativa de tornar a experiência inteligível e comunicável. A narrativa é produtora de sentido e expressa visões de mundo, legitimando-as, em maior ou menor grau, e isto dependerá do lugar que ocupa o emissor da narrativa numa determinada sociedade.

O lugar privilegiado que o narrador jornalístico (individual e institucional) ocupa, entre as demais narrativas sociais, aumenta a sua responsabilidade, uma vez que suas práticas são carregadas de valores, referências comportamentais e de modelos de identidades.

Assim, a narratologia se constituiu na ferramenta de análise que foi orientada pelos procedimentos sugeridos por Motta (2007, p.147 – 166): **reconstituição do acontecimento jornalístico** - trata-se de uma síntese, que faz a retrospectiva da história e assume a vez de

outro acontecimento; a **construção de personagens jornalísticas** – o narrador atribui papéis sociais aos personagens, que costumam ser o eixo das histórias. Ele distingue e hierarquiza os personagens, de acordo com suas ações, atributos, nomeações e designações, referindo-se a um ter, um fazer e um ser; **identificação dos conflitos** – o conflito sugere o confronto entre, no mínimo, duas partes, que possuem interesses distintos, gerando uma tensão narrativa; **estratégias comunicativas** - a narrativa jornalística estrutura-se através de jogos de linguagem e estratégias objetivas e subjetivas de constituição de significação. Transita entre contrários, o objetivo e o subjetivo, o real e o imaginário, a denotação e a conotação; **a relação comunicativa e o “contrato cognitivo”** - trata-se da forma de enquadramento e abordagem. É um contrato implícito, um jogo, entre as intenções do narrador e as interpretações do receptor; e, **metanarrativas** - são significados simbólicos, a moral da história.

Na seqüência, é apresentada a análise de fragmentos discursivos, da reportagem em estudo, que ajudam na compreensão do processo de construção de significação sobre a realidade abordada.

3. RECONSTITUIÇÃO DO ACONTECIMENTO “O FOME ZERO DA RUA 3 DA PRAINHA”⁴²

A reportagem especial, intitulada “O Fome Zero da Rua 3 da Prainha”, narra o modo como uma comunidade de catadores de lixo reciclável sobrevive à margem do Programa “Fome Zero”, do governo federal. Como pano de fundo da reportagem, tem-se a questão do trabalho informal e de estruturas cooperativas de convivência, através de um processo de

⁴² Publicado em 2/11/2003 no Jornal Zero Hora.

troca-troca de porções de alimentos e serviços, ou uma espécie de economia primitiva, mas também solidária.

O episódio evidencia que as pessoas da comunidade sobrevivem excluídas de seus direitos de cidadania: direito à moradia, à saúde, ao trabalho, à educação, ao lazer e à alimentação. Apesar disso, constata-se, no texto, a ausência das instituições públicas, como escola, creche e posto de saúde. Mostra como a comunidade vive à margem dessas instituições, com os sujeitos cooperando, uns com os outros, improvisando, por exemplo, um “postinho de saúde”, com “enfermeira do povo” voluntária, na casa de uma das moradoras.

3.1 A CONSTRUÇÃO DE PERSONAGENS JORNALÍSTICOS

“Jorge Ubiratan Alves de Lima, 50 anos”
“Rosângela Ajala Jardim, 30 anos, quatro filhos”
“Daiane Ajala Jardim, 18 anos, grávida de seis meses”
“Edgar Willian Correa Radde, 17 anos, esposo de Daiane, grávida de seis meses.”
“Sheila Jardim dos Santos, 19 anos, mãe de Cleber de um ano e dois meses”
“Maria Izabel Cruz dos Santos, 35 anos, cinco filhos”
“A enfermeira do povo”.
“Zilda Santos de Paula, 68 anos, papeleira,”
“Maria Helena Silva Souza, 38 anos, quatro filhos”
“José Fernando Lopes da Silva, 38 anos, dois filhos”
“Miro [...] pedreiro [...] anjo”
“Vicente Santos Guimarães [...] anjo da guarda [...] soldado da Brigada”

A construção da identidade narrativa dos personagens é produzida com base no respeito à identidade existencial, uma vez que eles são identificados através do nome, sobrenome, idade, número de filhos, vínculos familiares - “Daiane Ajala Jardim, 18 anos, grávida de sete meses”, “Maria Izabel Cruz dos Santos, 35 anos, cinco filhos”, “Jorge Ubiratan Alves de Lima, 50 anos”, “Zilda Santos de Paula, 68 anos, papeleira [...] filho”, “José Fernando Lopes da Silva, 38 anos, dois filhos”. Essa caracterização sugere que se trata de personagens gestores, que se esforçam para sobreviver, possuem uma trajetória e história

de vida e que trabalham como podem, para contribuir com a sobrevivência familiar e comunitária.

A personagem legitimada pela comunidade como “enfermeira do povo” é caracterizada como uma heroína, que salva a vida de crianças doentes da comunidade, compensando a ausência de Instituições públicas, como posto de saúde.

O narrador utiliza a cultura cristã, para caracterizar alguns heróis - como “anjo”, “anjo da guarda” - que tomam forma humana para proteger, ajudar e compensar quem ajuda os demais. Além disso, o jornalista destaca a política de boa vizinhança, os vínculos de amizade - “vizinhas”, “sua vizinha” - o sistema inclusivo e participativo, vigente na comunidade - “participantes”. Salienta, também, que, apesar disso, há dificuldade de alguns personagens manterem a esperança, diante das dificuldades, “os desanimados”, ou seja, remete a uma pobreza resignada.

3.2 AÇÕES ATRIBUÍDAS AOS PERSONAGENS

“Ganhou o sofá e um fogão a gás”.

“Diane: grávida de sete meses, mas cozinha para os vizinhos e recebe cartões apaixonados do marido. [...] Espera uma menina [...] Cozinha para os filhos das vizinhas que saem a catar papel”.

“[...] tratador de cavalos [...] Comprou casa e um terreno por RS500 [...] Deu o terreno para a irmã [...] Deu cartão a Rosane”.

“Agrega os participantes do Fome Zero da Prainha, atiça o ânimo dos desanimados [...] Mora na casa 522 [...] Tem um nebulizador para tratar as crianças [...] Saiu a pé de Viamão e foi parar em Guaíba [...]Doou café”.

“[...] catou letras adesivas no lixo [...] orientou o irmão na homenagem aos pai”

“Maria Helena: na carroça, a homenagem do filho”.

“Recebeu café [...] recebe homenagem do filho”.

“[...] recebeu R\$1 de Jorge [...] comprou leite [...] mora numa casa de dois metros e meio [...] Dorme com a luz da lua iluminando a peça [...] Alimenta-se [...] na casa da irmã ou vizinhos”.

“ [...] doou R\$ 1 à sua vizinha [...] Saiu a distribuir espirais do mata-mosquito”.

“[...] regou os retalhos de madeira e deu forma a casa”.

“ [...] levou as madeiras para construção da casa de Izabel”.

“[...] tem uma carroça enfeitada de orgulho”.

“Tem uma carroça e a esperança de viver melhor com a família ali mesmo”.

“[...] tem um nebulizador para tratar as crianças asmáticas

É explícito, na narrativa das ações - “deu”, “doou”, “ganhou”, “ouviu”, “cozinha”, “recebeu”, “agrega”, “distribuiu”, “quem tem dá para quem não tem” -, o uso de valores da cultura cristã: “solidariedade”, “viver em união”, “por os bens em comum”, “generosidade”, “caridade”, “é dando que se recebe”, “milagre”, “anjos”. Trata-se de uma referência ao estilo de vida da primeira comunidade de cristãos, onde todos colocavam tudo em comum e, assim, não faltava nada a ninguém. Isso significa uma forma de sobreviver e conviver, sugerida pelas condições do contexto cotidiano, onde a moeda circulante é a do troca-troca: de serviços, de bens e de porções de alimentos. Assim, a descrição das ações evidencia a forma com que cada personagem participa da cultura do escambo e da solidariedade, seja ajudando, agregando, animando, recebendo, se orgulhando ou esperando, dependendo de suas condições.

O esquema argumentativo exalta a instituição “família” e destaca que a essência familiar não tem a ver com a pobreza e pode se manifestar em qualquer condição: “recebe homenagem do filho”, “esperança de viver melhor com a família”, “orientou o irmão na homenagem aos pais”, “Deu o terreno para a irmã”, “recebeu cartão apaixonado do marido”, “almoça com os filhos na casa da irmã”. Por outro lado, percebe-se que essa essência só consegue ser mantida pela unidade e solidariedade da comunidade: “cozinha para os filhos das vizinhas”, “agrega os participantes [...] atíça o animo dos desanimados [...] Tem um nebulizador para tratar as crianças da redondeza [...] doou R\$1 à sua vizinha [...] distribuir espirais do mata-mosquito [...] levou as madeiras para construção da casa de Izabel [...] Pregou os retalhos de madeira e deu forma a casa”.

Em uma sociedade capitalista e excludente, soa estranho o uso de expressões como “tem uma carroça enfeitada de orgulho”. Simbolicamente, “enfeitada” sugere esperança, amor-próprio, alguém que trabalha com uma postura altiva, pois dentro dos seus limites, tem orgulho de poder trabalhar, sustentar sua família e ainda ter esperança, o afeto e a admiração dos filhos. Outro personagem também, como bem material, “tem uma carroça” e, como bem

espiritual e simbólico, “tem esperança de viver melhor com a família ali mesmo”. Isso quer dizer que, de acordo com a limitação que o contexto social impõe, a expectativa e esperança estão depositadas na concretude do espaço e das condições disponíveis.

Percebe-se que o que é motivo de orgulho, para uns, em situação de pobreza, pode ser humilhação, para alguém que possui outra condição econômica, cujo orgulho, por exemplo, é ter um carro importado. Assim, o valor simbólico das coisas e dos bens materiais não segue, necessariamente, as regras do mercado e, sim, emergem da situação sócio-econômica-cultural do sujeito e da comunidade onde ele está inserido. Em outras palavras, uma carroça nunca estará enfeitada de orgulho, se for usada por um morador de um bairro de classe média, mas se torna um objeto de desejo, em uma vila de papeleiros.

Os fragmentos narrativos “catou letras adesivas no lixo [...] orientou o irmão na homenagem aos pais [...] Maria Helena: na carroça, a homenagem do filho” significam afeto e união familiar. A foto desse cenário destaca, na parte central da carroça, um cartaz onde está escrito: “Mãe-Pai”. Trata-se de uma homenagem que o filho fez para os pais, com letras encontradas no lixo. Ao lado, em um segundo plano, a mãe Maria Helena, com o filho. A imagem remete a uma relação carinhosa e de união, apesar das dificuldades que poderiam ser motivos de desestruturação familiar. Os sujeitos da foto estão bem apresentados e posados, não mostra o personagem executando o árduo serviço de catadora de papel. Reforça a felicidade na pobreza.

A personagem gestante é descrita com traços identitários que a aproximam de uma mocinha de romance, com um final feliz. Ela está grávida e “recebe cartões apaixonados do marido”, que trabalha o dia inteiro como “tratador de cavalo”. Apesar de o texto destacar seu esforço - “grávida de sete meses, mas cozinha para os filhos das vizinhas” -, não informa se ela recebe algo em troca. Além disso, a foto não mostra a personagem trabalhando, mas destaca a maternidade e o romantismo. A leitura da imagem, feita diagonalmente, começa no

reflexo de Diane no espelho, alisando os cabelos, e acaba na televisão ligada. O olhar da moça para o espelho mostra uma expressão feliz e de sonho. A principal sensação que a imagem transmite é a de um espírito lúdico e romântico. A casa, equipada com TV ligada, relógio e outros objetos, sugere que as coisas não são tão ruins, como o texto descreve. O cenário imagético passa a idéia de que ela está acomodada. É como se fosse uma justificativa para a miséria, o que pode representar certa ironia, pois é pobre, mas não deixa de lado a vaidade e a boa vida.

3.3 IDENTIFICAÇÃO DOS CONFLITOS

“O Fome Zero Vileiro compensa e supera a falta do Fome Zero de Brasília”.
“[...] o programa caseiro, não é igual, mas melhor que o do Governo”.

O principal foco de conflito narrativo está entre a comunidade e o Governo Federal. A narrativa sugere, ironicamente, que a margem e distante do Programa governamental de “Brasília” as pessoas em situação de exclusão sobrevivem pela solidariedade mútua, criando um Programa “vileiro” e “caseiro”, que não se compara ao do Governo. Isso significa uma crítica à burocracia e à dificuldade de acesso da maioria, enquanto o “programa vileiro” dispensa qualquer burocracia e é feito, administrado e usufruído por toda comunidade, indistintamente.

Já no título do episódio, o narrador faz apologia ao Programa Fome Zero do governo federal - “O Fome Zero da Rua Três da Prainha”. Assim, há certa exaltação a esse tipo de ação pois, apesar de a comunidade não participar do programa, os moradores encontraram, como a melhor solução, a criação de um programa paralelo, onde todos fazem troca e doam o pouco que têm, aos menos favorecidos, sem existir regras ou burocracia, apenas por solidariedade.

Ao mesmo tempo em que critica a exclusão do Programa do Governo, em nenhum momento a narrativa informa como a comunidade pode conseguir esse benefício social. Assim, dispensa as políticas sociais e estimula a prática do escambo, ignorando necessidades maiores, como de infra-estrutura, cuja prática do troca-troca não dá conta.

3.4 ESTRATÉGIAS DE OBJETIVAÇÃO

“Ali, onde Jorge mora, a Rua 3 da Prainha, na Vila de Ipê de Guaíba”.
“Esta semana [...] na quarta-feira”
“Mora na casa 522 [...] área de banhado do Instituto de Previdência do Estado, perto da Estrada do Conde, que dá acesso à cidade da Região Metropolitana”.
“Aqui, R\$ 1 é uma fortuna”.
“É o jeito de sobreviver para não morrer de fome e não roubar”.
“Minha casa é uma associação sem nome [...] sempre de acordo com as receitas[...]”.
“A luz é roubada, pode dizer”.
“Aqui em Guaíba não tem vaga nisso. Nós é que nos ajudamos”.

A estratégia de objetivação foi reservada para localizar e enquadrar a história, em termos de tempo, espaço, condições e propriedade - “ali [...] Rua 3 da Prainha, na Vila de Ipê de Guaíba [...] Esta semana [...] na quarta-feira [...] Mora na casa 522 [...] área de banhado do Instituto de Previdência do Estado, perto da Estrada do Conde, que dá acesso à cidade da Região Metropolitana”. A fala concedida aos personagens em causa, que expressa sua experiência de sobrevivência, confere verossimilhança ao episódio: “Aqui, R\$1 é uma fortuna [...] A luz é roubada [...] Minha casa é uma associação [...] Nós é que nos ajudamos [...] Aqui em Guaíba não tem vaga nisso.”

A fala da personagem “É o jeito de sobreviver para não morrer de fome e não roubar” denota que há consciência, por parte desse personagem, que a forma que eles vivem está aquém do que os direitos humanos recomendam, como condições dignas. Resignada, afirma “É o jeito”, ou seja, trata-se apenas de “sobreviver para não morrer de fome e não roubar.”

Mesmo diante da miséria, a narrativa destaca que a personagem não perdeu a sua dignidade - “não roubar”.

A narrativa destaca a solidariedade da personagem, no sentido de disponibilizar sua casa, para o bem coletivo - “Minha casa é uma associação sem nome [...]”. Ela assume a função de líder comunitária da saúde. A fala “sempre de acordo com as receitas” é destacada ironicamente por causa da contradição, já que, uma vez que não possuem auxílio do governo, eles também não têm acesso a receitas. Por outro lado, sinaliza o nível de esclarecimento e autoproteção de Izabel, para não ser responsabilizada pela prática indevida de automedicação. O narrador não questiona de onde vêm os recursos para compra de medicamentos, o que parece mais uma providência angelical.

Outro personagem demonstra ter consciência de que se trata de um ato irregular - “A luz é roubada” -, mas manifesta certa ousadia, querendo que a história de miséria da comunidade ganhe visibilidade com todo o realismo, sem ter medo das conseqüências. Provoca - “pode dizer”. Uma das moradoras manifesta seu descrédito, na ajuda pública - “Aqui [...] não tem vaga nisso” - e complementa que a saída vem da solidariedade mútua: “Nós é que nos ajudamos”. Sugere uma crítica ao governo, deixando claro que os Programas Sociais, como o Bolsa Família, apresentam problemas de seleção e de mecanismos de acessibilidade.

3.5 ESTRATÉGIAS SUBJETIVADAS

“Todos sabem nomes, dores e sonhos de todos, carregados de um lado para outro no escambo de xícaras de sal, farinha, fermento”.

“Quem tem café e não tem arroz, propõe a troca com o vizinho. Quem não tem café nem arroz, pede pra quem tem”.

“Quem não sabe o que é uma fortuna pode socorrer da sabedoria do catador de papel Jorge Ubiratan Alves de Lima, 50 anos. Ele esclarece: - Aqui, R\$ 1 é uma fortuna.”

“Dorme com a lua inundando a peça única do quarto-sala-cozinha. Tem um fogão a gás, mas não tem gás. E se tivesse, se não tem comida? [...] sofá na rua e teto da casa transparente”.

“A casa de Isabel é luxo na redondeza [...] com madeira catada nas ruas num carrinho de mão conduzido pelo soldado da Brigada Vicente Santos Guimarães. Vicente nunca mais foi visto por perto. Isabel agradece: ‘Ele é o anjo de guarda que puseram no meu caminho’. Dois outros anjos também sumiram: o pedreiro Miro e a mulher dele, que pregaram os retalhos de madeira e deram forma à casa.”

“O beco de casebres se espicha”.

“Teme um dia ser corrida da rua para um lugar em que ninguém conheça ninguém”

“O Fome Zero não tem regras ou cadastros”

O cenário é o de uma economia primitiva, onde a principal característica é o escambo, enquanto o contexto externo é de uma sociedade industrialmente avançada. A narrativa poetizada sugere um forte vínculo de convivência solidária e comprometimento comunitário, onde tudo é de todos. Os sentimentos se misturam aos ingredientes, ou seja, ao escambar xícaras de sal, farinha e fermento, junto vão as “dores e os sonhos”.

Apesar de o narrador não ter explorado a linguagem dos direitos, verifica-se que, nas três primeiras narrativas, está em jogo o direito à alimentação, cujo Comentário Geral nº 12, de 1999, das Nações Unidas, delibera: “O direito à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção“. No caso da comunidade em causa, a renda não possibilita o acesso físico e econômico à alimentação adequada: “xícaras de sal, farinha, fermento [...] Quem tem café e não tem arroz, [...] Quem não tem café nem arroz [...]”, nem aos meios para sua obtenção “[...] Aqui, R\$ 1 é uma fortuna.” Para garantir esse direito, “cada Estado fica obrigado a assegurar a todas as pessoas que estão sob sua jurisdição, o acesso à quantidade mínima, essencial e suficiente de alimento, garantindo assim que estejam livres da fome” (Comentário Geral nº 12, de 1999, das Nações Unidas). No caso, o escambo de xícaras de alimentos está distante de garantir adequadamente esse direito, que continua no papel, para a comunidade em causa.

Em um tom irônico, o narrador interage com o leitor, desafiando: “Quem não sabe o que é uma fortuna pode socorrer da sabedoria do catador de papel”, ele afirma “Aqui, R\$ 1 é uma fortuna.” Essa “sabedoria” contrasta fortemente a desigualdade social entre o grupo descrito e o restante da sociedade. Em termos monetários, um real não representa nada, mas, para essas pessoas, cujo significado da vida é a sobrevivência, “pode valer uma fortuna”. A apologia à fortuna, através da citação freqüente desse termo (seis vezes) - “Aqui um real é uma fortuna” - pode, por um lado, reforçar a miséria daquela realidade, e, por outro, incutir a cultura do milagre da sobrevivência. Isto se evidencia, pois até quem vive na miséria sabe que não consegue comprar um litro de leite ou uma passagem de coletivo com essa “fortuna”.

Essa repetição pode funcionar como uma crítica, mas também como uma ironia, enfatizando o distanciamento dessa classe à sociedade, como se o mundo deles fosse subjetivo, ignorando suas necessidades maiores. Essa máxima foi registrada, também, na legenda da foto “Jorge: R\$1.00 pode valer uma fortuna na Vila do IPE”. O personagem é negro, está com uma criança no colo, e mais duas, ao fundo. Apesar de trabalhar, ele foi usado para destacar e valorizar a cultura da esmola. Enquanto um braço segura a criança, o outro aparece esticado com um vasilhame na mão, fugindo do enquadramento da foto. A imagem sugere, ao leitor, que Jorge é subempregado e não “empregado”, como foi narrado. Também remete à idéia de que o negro é desfavorecido. A criança no colo, porém, funciona como um apelo emocional; é um artifício das pessoas que se submetem a esse tipo de atitude.

O narrador destaca o detalhe do “teto da casa transparente”, ou seja, de plástico. Esse aspecto é romantizado, sugerindo uma espécie de privilégio - “Dorme com a lua inundando a peça” - pelo fato de a personagem poder apreciar a lua, mesmo quando está deitada em sua cama. Essa pitada de ironia ignora, por exemplo, a problemática enfrentada em dias de chuva, quando, ao invés da lua, é a água que inunda a peça. A foto que mostra esse cenário destaca a personagem sentada com os filhos, no sofá localizado no pátio, e a casa, em perspectiva. Essa

cena sugere afeto, mas reforça a acomodação e a falta de controle de natalidade. Na sequência, o jogo de palavras “Tem [...] mas não tem [...] e se tivesse se não tem [...]” causa uma tensão narrativa reforçando a carência do local. Interage com o leitor, fazendo-o refletir, questionando de que adianta ter fogão e gás, se não tem comida. O estilo poético de narrativa ficcional relativiza o ambiente de miséria.

A linguagem mística - “Ele é o anjo de guarda que puseram no meu caminho. Dois outros anjos também sumiram [...]” - evidencia que, na ausência da possibilidade de ajuda mútua, a contribuição virá, não do poder público, mas ‘do alto’. Nesse sentido, haveria uma força maior, a dos “anjos” que se corporificam em personagens humanos e, depois, somem, retornando ao céu. Isso valoriza a cultura da acomodação. É como se esperassem uma intervenção divina, um milagre, para melhoria da qualidade de suas vidas, ao invés de, por exemplo, se mobilizarem, como comunidade, e exigirem seus direitos de cidadãos. Tem também uma mensagem de cunho moral. Segundo essa idéia, quem é bom com os outros recebe a ajuda dos anjos, como Izabel, a “enfermeira do povo”, que transformou sua casa em um “postinho de saúde”. Ela é premiada - “A casa de Isabel é luxo na redondeza [...] com madeira catada nas ruas” - e abençoada, pela sua bondade, “o anjo da guarda que colocaram no meu caminho”.

A distinção da casa é “luxo na redondeza”, a partir de “retalhos de madeira recolhidos na rua”, sugere ao leitor o sentido de que esse luxo foi tirado do lixo e que, dependendo do local onde o material se encontra, é lixo. Esse mesmo material, nas mãos de quem vive na extrema pobreza, contudo, transforma-se em luxo, na tentativa de tapar a falta de políticas públicas habitacionais. Essa problemática fica mais saliente na narrativa, com a expressão: “O beco de casebres se espicha”, que remete à situação de miserabilidade e uma forma imprópria de habitação humana.

Apesar das múltiplas carências e dificuldades de toda ordem, o local impróprio é representado como um ambiente bom de se viver, pela solidariedade e amizade de quem só possui uns aos outros: “teme um dia ser corrida da rua para um lugar em que ninguém conheça ninguém”. A fala da personagem evidencia um temor de quem é expulsa, “corrida”, de um lugar para outro. Além disso, lembra ao leitor que podem existir situações e experiências ainda piores, na ausência de políticas públicas, solidariedade e vínculos afetivos com as outras pessoas que possam se ajudar.

A narrativa “O Fome Zero Vileiro não tem regras ou cadastros”, é uma crítica irônica à burocracia do “Fome Zero de Brasília”, que tem “regras e cadastros”, mas demora para incluir cidadãos, como as pessoas em causa. Assim, sugere que o Programa caseiro, que dispensa qualquer burocracia, funciona com mais eficácia, incluindo toda comunidade, de forma direta, através da troca de serviços, moedas e comida.

3.6 A RELAÇÃO COMUNICATIVA E O “CONTRATO COGNITIVO”

O enquadramento jornalístico das políticas públicas sociais deve voltar-se para o processo de desenvolvimento humano, social e econômico, das pessoas em causa, e o questionamento deve ser se as políticas sociais e a rede de inclusão são consistentes e suficientes para enfrentar a problemática. Na reportagem em estudo o enquadramento ocorreu no confronto do “Fome Zero da Rua 3 da Prainha”, um “Fome Zero Vileiro” e o “Fome Zero de Brasília”. A conclusão do narrador, sobre o embate, e o sentido sugerido é que o “Fome Zero Caseiro [...] não é igual, mas melhor que o Fome Zero de Brasília”.

3.7 METANARRATIVAS

- É através do sofrimento que o ser humano aprende a ser bom e caridoso e, assim, como premiação, recebe a presença de “anjos no seu caminho”.

- A solidariedade entre os integrantes da comunidade e a ajuda dos anjos compensam a falta das políticas públicas sociais.

- São pobres, mas são felizes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O episódio analisado reflete a discrepância entre os direitos previstos constitucionalmente e as possibilidades reais de acesso por parte das pessoas excluídas pela pobreza. Trata-se de exemplos de violações aos direitos humanos e aos direitos de cidadania.

O núcleo da questão é a ausência do Estado que é mostrada como algo superável, com naturalidade e motivação, pela comunidade. O esquema narrativo selecionado deixou de sinalizar a urgência do desenvolvimento de iniciativas conjuntas, envolvendo lideranças comunitárias e políticas, no sentido da efetivação de exercício de pressão, junto às instâncias decisórias, e/ou de intermediação de interesses, na esfera estadual e federal, para a conquista da cobertura dos programas sociais para a comunidade.

O tipo de organização da comunidade em causa contribui para o impulso e autonomia econômica dos excluídos, fazendo com que eles consigam levar iniciativas adiante, porém, necessitam de um suporte público, para um desenvolvimento efetivo, pois se trata de um tipo de associação humana, baseada nos sentimentos de união e pertencimento, e não em “metas instrumentais” (TÖNNIES; LOOMIS, 2002). Nas expressões de Weber (1981), são “formas comunais” de ação social, e não “formas racionais”. Já Putnam (2001) alerta que esse “capital social de ligação”, capaz de manter as pessoas unidas por ligações fortes, cultivando valores de solidariedade, lealdade e confiança, ajuda a enfrentar situações de pobreza e isolamento, mas não consegue traduzir esse capital em recursos, para superar suas condições de mera sobrevivência. Para que essa superação ocorra, é necessário, segundo o autor, que o “capital

social de ligação” se transforme em “capital social de ponte”, que permite a comunidade se relacionar com o mundo exterior.

Nesse episódio, predominou, portanto, uma “solidariedade mecânica”, fundamentada nas semelhanças entre as pessoas, e não uma “solidariedade orgânica”, pautada na divisão do trabalho, que exige a elaboração e manutenção de uma cultura cívica, por meio da educação (DURKHEIM, 1977). Para que ocorra essa passagem da “forma comunal”, “capital social de ligação” e “solidariedade mecânica”, para: “metas instrumentais”, “formas racionais”, “capital social de ponte” e “solidariedade orgânica”, é indispensável que o Estado faça a sua parte, através de políticas sociais adequadas e eficazes a essa realidade.

Nesse cenário, o jornalismo pode emprestar sua força e servir de pressão, para os pobres organizados exigirem responsabilidade dos governos, na concessão de seus direitos. Caso se fortaleçam, as organizações comunitárias podem influir na gestão pública, que parece prestar atenção apenas a quem tem poder de influência. Nesse sentido, é possível ver uma relação direta entre jornalismo e a luta contra a pobreza. O jornalismo não é a solução para a pobreza. Pode contribuir, contudo, oferecendo espaço para os pobres apresentarem suas demandas e para os governos responderem. Trata-se de um jornalismo cidadão, sensível aos direitos dos excluídos e comprometido com o fortalecimento das instituições públicas.

5. REFERÊNCIAS

- BUENO, F. S. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. Sao Paulo: Ediouro, 2000.
- DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 10 ed., São Paulo: Papyrus: 2007.
- DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. Lisboa, Editorial Presença; São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1977.
- FOME ZERO**. Disponível em <http://www.fomezero.gov.br>. Acesso em 6 de julho de 2008.
- GIALDINO, I. V. **Pobres, pobreza, identidad y representaciones sociales**. Barcelona: Gedisa, 2003.
- MARONNA, M; VILELA, R.S. Conhecer para intervir: infância, violência e mídia: propósitos, projeto da investigação e conclusões comuns. In. MORIGI, V; ROSA,R; MEURER, F. (Org.). **Mídia e representações da infância: narrativas contemporâneas**. Curitiba: Champagnat, 2007.
- MENDES, M. O fome zero da rua 3 da prainha. In. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, 2/11/2003.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, C.; BENETTI, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Porto Alegre: Vozes, 2007. p. 143-167.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. E agora? Urgente colocar o social no centro da pauta jornalística. In.CANELA, Guilherme (org.) **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.
- PUTNAM, Robert D. D. Bowling Alone: **The collapse and Revival of American Community**. Nova York: Touchstone, 2001.
- ROSA, R. “**Tribos da Miséria**”: **estratégias narrativas na construção de identidades**. Tese de doutorado - PPGCOM UFRGS. Porto Alegre, 7 de maio de 2009.
- TELLES, V. S. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001.
- TÖNNIES Ferdinand. & LOOMIS, Charles Price. **Community and Society – Gemeinschaft und Gesellschaft**. Mineola, Nova York: Dover, 2002.
- WEBER, M. 'Classe, 'status', partido", In VELHO, O. G. e outros. **Estrutura de classe e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.